



## ECOLOGIA INTEGRAL: FRATERNIDADE COMO MUDANÇA DE PARADIGMA

Eraldo Medeiros Costa Neto<sup>1</sup>  
Ana Cecília Estellita Lins<sup>2</sup>  
Luciano Rodolfo de Moura Machado<sup>3</sup>

### RESUMO

**Objetivo:** O objetivo deste estudo é ressaltar a importância da Ecologia Integral, tema da Campanha da Fraternidade 2025, para promover um debate crítico sobre as crises socioambientais e o empobrecimento no mundo.

**Referencial Teórico:** Baseando-se na encíclica *Laudato Si'*, aliam-se os conceitos que estruturam a Ecologia Integral, a Ecologia Social, a Ecologia Espiritual e a Ecologia Profunda visando promover uma mudança de paradigma que possa superar os males do antropocentrismo e promover um distanciamento do “ponto de não retorno” que ameaça gravemente nossos ecossistemas.

**Implicações da Pesquisa:** A Ecologia Integral propõe a superação da alienação material, uma mudança de paradigma para a transição ecológica esperada pela COP 30, provavelmente uma das últimas chances para que acordos internacionais promovam o afastamento do “ponto de não retorno” que coloca em risco a vida no planeta.

**Originalidade/Valor:** Este estudo contribui para a literatura ao ressaltar a importância de o Brasil sediar, em 2025, a Conferência das Partes – COP 30, ao mesmo tempo em que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) estabeleceu para a Campanha da Fraternidade 2025 o tema “Fraternidade e Ecologia Integral”.

**Palavras-chave:** Antropocentrismo, Encíclica *Laudato Si'*, Espírito Fraternal, Campanhas da Fraternidade.

### INTEGRAL ECOLOGY: FRATERNITY AS A PARADIGM SHIFT

### ABSTRACT

**Objective:** The objective of this study is to highlight the importance of Integral Ecology, the theme of the 2025 Fraternity Campaign, to promote a critical debate on socio-environmental crises and impoverishment in the world.

**Theoretical Framework:** Based on the encyclical *Laudato Si'*, the concepts that structure Integral Ecology, Social Ecology, Spiritual Ecology and Deep Ecology are combined to promote a paradigm shift that can overcome the evils of anthropocentrism and promote a move away from the “point of no return” that seriously threatens our ecosystems.

**Research Implications:** Integral Ecology proposes overcoming material alienation, a paradigm shift for the ecological transition expected by COP 30, probably one of the last chances for international agreements to promote a move away from the “point of no return” that puts life on the planet at risk.

**Originality/Value:** This study contributes to the literature by highlighting the importance of Brazil hosting the Conference of the Parties – COP 30 in 2025, at the same time that the National Conference of Bishops of Brazil (CNBB) established the theme “Fraternity and Integral Ecology” for the 2025 Fraternity Campaign.

**Keywords:** Anthropocentrism, Encyclical *Laudato Si'*, Fraternal Spirit, Fraternity Campaigns.

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Bahia, Brasil.

E-mail: [eraldomcosta@gmail.com](mailto:eraldomcosta@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Cora Coralina, Goiás, Goiânia, Brasil.

E-mail: [anacmelins@gmail.com](mailto:anacmelins@gmail.com)

<sup>3</sup> Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

E-mail: [prof.lucianosjc@gmail.com](mailto:prof.lucianosjc@gmail.com)



## ECOLOGÍA INTEGRAL: LA FRATERNIDAD COMO CAMBIO DE PARADIGMA

### RESUMEN

**Objetivo:** El objetivo de este estudio es resaltar la importancia de la Ecología Integral, tema de la Campaña de Fraternidad 2025, para promover un debate crítico sobre las crisis socioambientales y el empobrecimiento en el mundo.

**Marco Teórico:** A partir de la encíclica *Laudato Si'*, se combinan los conceptos que estructuran la Ecología Integral, la Ecología Social, la Ecología Espiritual y la Ecología Profunda para promover un cambio de paradigma que pueda superar los males del antropocentrismo y promover un distanciamiento del “punto de vista “sin retorno” que amenaza seriamente nuestros ecosistemas.

**Método:** La metodología adoptada para esta investigación comprende [describir de manera concisa el diseño del estudio, incluido el enfoque, los participantes, los instrumentos, los procedimientos, etc.]. La recolección de datos se realizó mediante [explicar los métodos específicos utilizados, como entrevistas, cuestionarios, observaciones, entre otros].

**Implicaciones de la investigación:** La Ecología Integral propone la superación de la alienación material, un cambio de paradigma hacia la transición ecológica esperada por la COP 30, probablemente una de las últimas oportunidades para que los acuerdos internacionales promuevan alejarse del “punto de no retorno” que pone en riesgo la vida en el planeta. planeta.

**Originalidad/Valor:** Este estudio contribuye a la literatura al destacar la importancia de que Brasil sea sede de la Conferencia de las Partes – COP 30 en 2025, al mismo tiempo que la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil (CNBB) estableció para la Campaña de Fraternidad 2025 el tema “Fraternidad y Ecología Integral”.

**Palabras clave:** Antropocentrismo, Encíclica *Laudato Si'*, Espíritu Fraternal, Campañas de Fraternidad.

RGSA adota a Licença de Atribuição CC BY do Creative Commons (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>).



## 1 INTRODUÇÃO

A instituição católica brasileira Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) estabeleceu para a Campanha da Fraternidade 2025 o tema “Fraternidade e Ecologia Integral”, com o objetivo geral de “[...] promover, em espírito quaresmal e em tempos de urgente crise socioambiental, um processo de conversão integral, ouvindo o grito dos pobres e da Terra” (CNBB, 2024a). Longe de ser apenas uma orientação para seus fiéis (CNBB, 2024b), essa proposta, estabelecida em consonância com os propósitos da Conferência das Partes – COP 30, que será sediada neste mesmo ano de 2025 em Belém do Pará, amplia o interesse nessa discussão orquestrada anualmente pela Organização das Nações Unidas para avaliar os problemas climáticos que o mundo vem enfrentando. Em ambos os casos, o foco encontra-se não somente no estudo das crises do meio ambiente e do empobrecimento, como também na inter-relação entre tais situações, as quais impactam a sociedade como um todo (ONU, 2002; Silva, 2011; Cruz *et al.*, 2023).



Quando se fala em riscos à preservação da Terra e das espécies que a habitam, causados seja pelas mudanças climáticas, seja por quaisquer outras circunstâncias, quer-se indicar mormente a preocupação com a preservação da humanidade. Assim sendo, pensar ecologicamente nada mais é do que pensar em si próprio, em seus próprios familiares, em seus semelhantes, em sua espécie (Marques & Saraiva, 2021). A essa abordagem dá-se o nome de antropocentrismo, que atende, conforme observam Schavelzon *et al.* (2021, p. 78), “[...] à perspectiva do naturalismo eurocêntrico ainda dominante”. Uma vez que o ser humano, para sobreviver, necessita basicamente de ar, água potável e alimento, se ele próprio os contamina, os degrada, os aquece ou esfria até torná-los inaproveitáveis, é ele mesmo quem adoece e pode perecer. Embora a postura antropocêntrica não seja no presente a mais adequada para se pensar a Ecologia Integral fraterna, ela serviria para o ser humano buscar sua permanência saudável no planeta. Mas ocorreu o oposto.

Os modelos de desenvolvimento que muitas culturas criaram para que se constituíssem de organismos sociais que pudessem otimizar suas chances de sobrevivência foram abrangidos em um todo comum pelo processo de globalização. Nesse estágio socioeconômico, político e cultural, as ações humanas, onde quer que se deem, afetam o todo. Poluentes e outras contaminações, desastres, doenças, geram consequências para todo o sistema. Ao se condenar uma parcela dos componentes desse organismo social global à miséria, está-se adoecendo não somente esses, mas todos os demais componentes do organismo, mesmo aqueles que possam se sentir extremamente distantes do processo de empobrecimento (Fritz *et al.*, 2023).

O espírito de fraternidade, que guia a visão ecológica integral, alia o campo da espiritualidade encarnada, por meio de ação empática, não egoísta, que busca a congregação da espécie humana com toda a comunidade de vida na Terra, ao mesmo tempo em que promove a consciência crítica ao modelo neoliberal, que exerce constante pressão aos ecossistemas terrestres (Selbach & Gomes, 2022). A Ecologia Integral propõe a superação da alienação material, uma mudança de paradigma para a transição ecológica esperada pela COP 30, provavelmente uma das últimas chances para que acordos internacionais promovam o afastamento do “ponto de não retorno” (McKay, 2022) que coloca em risco a vida como a conhecemos, em sua riqueza e diversidade.

Urge, portanto, repensar e ressignificar o modo mercantilista, mecanicista e materialista de se fazer uma ciência dissociada de sentido espiritual. Como Fernandes Silva (2020, p. 31) alerta, “[...] muito da sistemática destruição do ambiente caracterizada no século XX, e que segue avançando na atualidade, bem como a caótica urbano-industrialização, têm sua origem no senso de usurpação da Natureza e na alienação pela posse da matéria”. A preocupação com



o planeta e o reconhecimento do ser humano como um ser capaz de criar uma vida conectada com a natureza é um caminho para a integração pessoal (*religere*) não apenas com a Totalidade (Carvalho & Steil, 2008), mas com a diversidade de cosmopercepções que respeitam os ritmos e limites da natureza, bem como todas as formas de vida para alcançar o bem-estar planetário (Kothari *et al.*, 2019).

Belém é uma das capitais brasileiras que se situam no bioma amazônico, área que, ao mesmo tempo em que carrega a simbologia de “pulmão do mundo”, sofre simbolicamente o asfixiamento que as desigualdades do organismo social global provocam (Cruz *et al.*, 2023). É, portanto, um espaço propício para se refletir sobre os propósitos da COP 30 de se obter uma mudança de mentalidade que possa orientar as pessoas rumo a práticas de vida mais humanizadas, sustentáveis, colaborativas, em suma, mais ecológicas e fraternas, em consonância com o tema proposto pela CNBB para a Campanha da Fraternidade de 2025, o qual realça a importância de se questionar o modelo de vida adotado pela sociedade, seus valores, sua ética e seus espaços morais.

Este artigo propõe, a partir de uma visão ecumênica que congregue os conceitos da Ecologia Integral, Ecologia Social, Ecologia Espiritual e Ecologia Profunda, o estudo das propostas da Campanha da Fraternidade 2025 e da Conferência das Partes – COP 30. Destaca-se a interrelação entre as crises do meio ambiente e o empobrecimento da população e aventa-se a concepção de uma arca de Noé simbólica que vise a proteger e preservar, na medida do possível, a vida dos ecossistemas brasileiros.

## 2 FRATERNIDADE VERSUS EMPOBRECIMENTO

As Campanhas da Fraternidade (CFs), propostas desde 1964, desenvolvem-se ao longo do período da quaresma (período de quarenta dias que antecede a Páscoa) e abordam temas que problematizam as diversas condições sociais em que vive a população, promovendo circunstâncias para a incidência na realidade, por meio de uma consciência crítica e do protagonismo popular.

O conceito de fraternidade que permeia as CFs tem uma construção católica que não pode ser afastada dos significados político e jurídico do termo. Mas quando se fala em espírito de fraternidade, prevalece o conceito de espírito, definido, conforme o *Dicionário Escolar Latino Português* (Faria, 1962, p. 937, grifo do autor): “*spiritus, -us*, subs. m. I – Sent. próprio: 1) Sopro, vento, hálito, respiração, exalação (Verg. En. 12, 365). Daí: 2) O ar (Circ. Amer. 72). II – Sent. figurado: 3) Suspiro (Hor. Epo. 11, 10). 4) Inspiração, sopro divino, gênio, espírito,



criador [...] 7) Espírito, alma (Ov. Met. 15, 167)”. Por analogia, o espírito de fraternidade surge da inspiração da alma.

Scarlett Marton (1990) percorre a evolução semântica do vocábulo “fraternidade”, com sua carga cristã e suas interpretações histórico-políticas, recorrendo à análise nietzschiana, para mostrar como esse conceito pode estar enganosamente associado tanto à posse ou controle de outrem quanto à busca de autovalorização. Nesse caso: “Ao contrário do que se apregoa, o amor ao próximo não seria um sentimento antagônico ao egoísmo; mas antes a sua expressão mais acabada” (Marton, 1990, p. 88). Contudo, foi por essa trajetória via Revolução Francesa que o termo se inseriu apropriadamente no Direito. Fraternidade, como conceito político e jurídico, “[...] é um princípio presente no preâmbulo constitucional e por esse motivo está ligada aos objetivos a serem perseguidos pela República Federativa do Brasil” (Fernandes *et al.*, 2017, p. 156).

No prefácio ao livro da engenheira Maria José Almeida Aragão Sacadura, o ecólogo José Antônio Weykamp da Cruz observa que o modelo de sociedade construído para fazer face a problemas estruturais cada vez mais complexos “[...] traz também a necessidade do desenvolvimento de uma vasta leva de outros atributos, valores humanos como a solidariedade e a ética, todos, em pleno século XXI, ainda carentes de alicerces na escala de civilização” (Aragão, 2006, p. 5-6). Em consequência, apresentam-se como aparentemente insolúveis as questões do empobrecimento, da violência de seres humanos contra outros seres humanos e contra animais, da degradação do meio ambiente, do aquecimento global (Boff, 2015). Tais dilemas, geralmente discutidos nos âmbitos político e jurídico, podem ser também considerados sob a ótica do espírito de fraternidade.

O empobrecimento é abordado em análises socioeconômicas que devam lidar com essa variável. Conforme salienta Resende (2000, p. 511): “Hoje, os ‘excluídos’ são tema central da crítica ao modelo neoliberal que domina o processo de globalização. Os pobres, os desempregados, marginalizados da sociedade globalizada são objeto de investigação sociológica [...], de estudos de cultura de massa”. Sugerem-se soluções para as quais não se destinam os recursos demandados, por não haver interesse político e imposições jurídicas, mas também por falta de espírito de fraternidade. Lovatto *et al.* (2011, p. 126, grifo dos autores) recordam que a mentalidade antropocêntrica ainda prevalescente é simplista e desconectada do ecossistema: “O próprio conceito de ‘meio ambiente’ é meramente antropocêntrico e vazio se analisarmos os sistemas a partir da complexidade, onde nada existe isoladamente, e a espécie humana nada mais é do que uma ínfima parte do todo integralizado”.



A UNICEF, fundo da Organização das Nações Unidas (ONU) voltado para a infância, emitiu há dois anos um relatório que se intitula *As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil* (UNICEF, 2023), o qual indica que cerca de um sexto do total da população brasileira é constituído por crianças e adolescentes que vivem na pobreza. Esse é um grave problema de ordem política, jurídica, socioeconômica, ambiental e espiritual que demonstra a falência do posicionamento antropocêntrico que vigora no neoliberalismo (Trynova *et al.*, 2023).

Nesse contexto, o espírito de fraternidade parece ser frequentemente mal interpretado e aplicado de maneira equivocada, com a distribuição indiscriminada de bens obsoletos para quem seja considerado pobre. Jerá Guarani relata:

“Quando meu pai conversava comigo na beira da represa, ele dizia: ‘Hoje em dia, os juruá estão vindo cada vez mais à nossa aldeia e eles nos veem com o pé no chão, veem as crianças com terra na roupa e acham que somos bem pobrezinhos e começam a trazer roupas e coisas que nem usamos e que não temos nem espaço para guardar’. E me explicava: ‘Para vivermos bem, não precisamos acumular nada, só temos que ter o suficiente. Eu, por exemplo, só tenho uma enxada, um facão, um machado, uma lima, uma bota. E só temos uma casa, só temos três panelas, que é o suficiente, há um prato para todo mundo’. Se de repente chegar alguém na hora em que estamos comendo, temos que servir o visitante primeiro e, depois, você come. Não precisa preocupar-se em acumular, porque faz parte da educação guarani priorizar os visitantes nas refeições, então não precisa acumular nada” (Moulin *et al.*, 2022, p. 17).

O relatório da UNICEF propõe, como estratégias para atendimento às crianças e adolescentes em situação de empobrecimento, para que se possa reverter esse quadro, a priorização pelos governos federal e estaduais de “[...] políticas voltadas às crianças e aos(as) adolescentes vulneráveis e suas famílias em seu planejamento e execução orçamentária” (UNICEF, 2023, p. 19). Esses recursos devem ser implementados na busca de crianças e adolescentes em situação de evasão escolar, para reintegrá-los ao sistema educacional, no atendimento diferenciado às distintas etnias que compõem o povo brasileiro, para garantir segurança alimentar e nutricional e todas as demais prerrogativas do Estatuto da Criança e do Adolescente, no combate ao trabalho infantil e outras formas de violência, entre muitas outras ações. O espírito de fraternidade pressupõe o apoio individual e coletivo a essas medidas que possam dirimir esses desequilíbrios sociais sistêmicos do meio ambiente.



### 3 FRATERNIDADE PARA A ECOLOGIA INTEGRAL

As CFs buscam um tom emancipatório para o estudo e a compreensão das causas e a superação das condições sociais existentes. Neste sentido, procuram também observar temas ecológicos, que permeiam tanto a retórica do movimento ambientalista, quanto da preocupação eclesial com os mais pobres: o cuidado com todos, a questão da terra, os povos indígenas, as mudanças climáticas, o tema da água e da biodiversidade, etc., como podemos constatar em oito Campanhas da Fraternidade promovidas no Brasil: CF 1979, com tema “Por um mundo mais humano” e o lema “Preserve o que de todos”; CF 1986, com o tema “Fraternidade e a Terra” e o lema “Terra de Deus, terra de irmãos”; CF 2002, com o tema “Fraternidade e povos indígenas” e o lema “Por uma terra sem males”; CF 2004, com o tema “Fraternidade e água” e o lema “Água, fonte de vida”; CF 2007, com o tema “Fraternidade e Amazônia” e o lema “Vida e missão neste chão”; CF 2011, com o tema “Fraternidade e a vida no planeta” e o lema “A criação geme em dores de parto” (Bíblia, Rm 8,22); CF 2016, com o tema “Casa Comum, nossa responsabilidade” e o lema “Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca” (Bíblia, Am 5,17); e a CF 2017, com o tema “Fraternidade - biomas brasileiros e defesa da vida”, com o lema “Cultivar e guardar a criação” (Bíblia, Gn 2,15).

Machado (2023, p. 95), ao discorrer sobre a Encíclica *Laudato Si'* (Papa Francisco, 2015), coloca que seu conceito fundante, a Ecologia Integral, “[...] procura desmascarar as relações existentes entre a injustiça social e a ecológica, ao mesmo tempo em que se funda numa visão abrangente e interdisciplinar do conhecimento, se contrapondo à visão fragmentada e cartesiana do saber”. É preciso ressaltar que tudo está interligado, conectado. Que as ações, no trato com a natureza, pressupõem reações, mesmo a longo prazo, pois as ações que se realizam em uma parte do globo terrestre podem ser sentidas em outras, já que estamos interligados em um grande ecossistema (Rech, 2011). Esta visão ecológica vai além de um estereótipo vingativo da natureza, supondo, isto sim, relações de interdependência e corresponsabilidade. As culturas indígenas e orientais já reconheciam, desde muito tempo, que a única constante é a mudança e que o princípio de interdependência é essencial para a sobrevivência (Arrien, 2015).

A Ecologia Integral afina-se com a Ecologia Social (Carvalho, 2005), com a Ecologia Espiritual (Costa Neto, 2020) e com a Ecologia Profunda (Couto, 2022). Ecologia Social é definida por Carvalho (2005, p. 54) como a “[...] área de estudos preocupada não apenas com a interação de agrupamentos humanos com o meio onde vivem, mas com as diferentes formas pelas quais estas interações interferem na identidade desses grupos, afetando sua organização



social e [...] sua dimensão cultural”. Por sua vez, Costa Neto (2020, p. 14) conceitua Ecologia Espiritual “[...] como um conjunto de práticas de espiritualidade ligadas à ecologia, no sentido da internalização de sentimentos e procedimentos ecológicos que passam a ser vistos, nesse contexto, como mediação religiosa na busca do sagrado”. A Ecologia Espiritual assume um importante papel para a compreensão e para a realização da educação ambiental, pois conduz a um nível de consciência ecológica que faz com que os seres humanos se reinterpretem enquanto parte de um todo.

A Ecologia Profunda originou-se do pensamento ecológico-filosófico de Arne Naess, o qual se baseou na obra *Walden*, de Henry David Thoreau, bem como na filosofia do ambientalista americano Aldo Leopold, sobre a ética da Terra (Lovatto *et al.*, 2011; Couto, 2022). Como tal, a Ecologia Profunda considera que “[...] a vida humana é parte de algo maior, a vida na face da terra. É a visão englobante, contrariamente à visão fragmentadora dominante no mundo ocidental” (Couto, 2022, p. 87). Ela transcende a preocupação com a sobrevivência e bem-estar da humanidade, pois seu enfoque não é antropocêntrico, mas ecocêntrico. Hildo Couto (2022, p. 88) explica: “Essa perspectiva inclui os humanos, não os considerando superiores aos demais: são apenas mais uma espécie de ser vivo animal”.

A fraternidade, no contexto da Ecologia Integral, presume o respeito e o acolhimento a toda a humanidade, mas vai além desta, assumindo uma conotação mais ampla que não se restringe à espécie humana, devendo abarcar todo ser vivo. Pode-se considerar que na Ecologia Profunda o espírito de fraternidade esteja relacionado à concepção, trazida por Lovatto *et al.* (2011, p. 127), de “[...] que o espírito humano é entendido como o modo de consciência na qual o indivíduo tem uma sensação de pertinência, de conexão com o cosmos, ficando claro que a percepção ecológica é espiritual na sua essência mais profunda”.

No âmbito do que a CNBB define como caminho de conscientização para uma vida pautada pelos princípios da Ecologia Integral, encontra-se o cumprimento dos objetivos específicos da Campanha da Fraternidade 2025, que são:

- 1) Reconhecer o caminho percorrido e as ações já iniciadas com a Encíclica *Laudato Si’* (LS) e o Sínodo da Amazônia, em vista do seu fortalecimento e continuidade;
- 2) Denunciar os males que o modo de vida atual impõe ao planeta e que tem gerado uma “complexa crise socioambiental” (LS 135), dado que em nossa Casa Comum “tudo está interligado” (LS 16);
- 3) Apontar as causas da grave crise climática global, a urgência de alteração profunda nos nossos modos de vida e as “falsas soluções” (LS 54) fomentadas em nome da transição energética;



- 4) Aprofundar o conhecimento do “Evangelho da Criação” (LS, Cap. II), valorizando a dimensão trinitária da fé cristã e recuperando o horizonte bíblico da aliança universal que envolve todas as criaturas (Gn 8-9);
- 5) Explicitar a Doutrina Social da Igreja e assumir o compromisso com a conversão integral, para a superação do pecado, em todas as suas manifestações;
- 6) Vivenciar as propostas do Ano Jubilar em vista de novas relações do ser humano com Deus e suas criaturas, consigo mesmo e com o próximo;
- 7) Propor a Ecologia Integral como perspectiva de conversão e elemento transversal às dimensões litúrgica, catequética e sociotransformadora do compromisso cristão;
- 8) Incentivar as pastorais e os movimentos socioambientais, em articulação com outras Igrejas e Religiões, sociedade civil, povos originários e comunidades tradicionais, em vista da justiça socioambiental e da atuação socioeducativa;
- 9) Promover e apoiar ações efetivas que visem à mudança do modelo econômico que ameaça a vida em nossa Casa Comum;
- 10) Apoiar os atingidos por catástrofes naturais e as vítimas dos crimes ambientais em sua busca por reparação e justiça;
- 11) Celebrar os 10 anos da Encíclica *Laudato Si'*, do Papa Francisco, acolhendo a *Laudate Deum* e avançando com as temáticas socioambientais que já foram abordadas nas Campanhas da Fraternidade.

Os praticantes de outras crenças, munidos dessas orientações, podem evoluir em seus caminhos pessoais pela prática dos mesmos princípios, mesmo que guiados por outros embasamentos teóricos que visem à compreensão de seu mundo sob a ótica da Ecologia Profunda, da Ecologia Social ou da Ecologia Espiritual, o que os leva a questionar as origens das crises socioambientais e as omissões dos responsáveis por estas, a refutar os crimes ambientais e as “falsas soluções”, a agir solidariamente com todos os seres vivos do planeta.

#### **4 A ARCA DE NOÉ BRASILEIRA**

Ainda prevalece na sociedade global a concepção teórica equivocada de uma pretensa superioridade do ser humano frente ao restante da criação, por ter sido este privilegiado com a consciência. Maria José Aragão apresenta um histórico dos estudos que comprovam não só a existência de múltiplas formas de consciência nos animais, como a ocorrência de atos voluntários dos animais e a presença nestes de habilidades continuadas, consciência da visão, consciência da dor, imagens mentais, sonhos, linguagem, imaginação, autoconsciência e



consciência social. Aragão (2006, p. 149) conclui: “Algumas décadas atrás os animais não humanos eram considerados máquinas, insensíveis, sem emoções, consciência e nem capacidade de aprendizagem. Agora, no entanto, sabe-se que são seres sensíveis, com emoções, com inteligência e consciência”.

A ecoespiritualidade promove a reconexão com a natureza e faz o ser humano entender o trabalho de cuidado e preservação do planeta como uma incorporação do trabalho do Criador, que se oferece como colaboração. “Desta forma, hábitos ecológicos de cuidado responsável para com o ambiente e a natureza passam a fazer parte de sistemas de crenças religiosas que visam situar o sujeito no mundo, na sociedade e na natureza, e ao mesmo tempo de uma experiência do sagrado”, comentam Isabel Carvalho e Carlos Steil (2008, p. 289).

O lema que distingue a campanha da CNBB de 2025 é: “Deus viu que tudo era muito bom” (Bíblia, Gn 1,31). Essa conclusão do processo de criação descrito no primeiro livro da Bíblia, longe de carregar visão maniqueísta ou hierarquizante, valoriza todos os seres vivos.

A Bíblia como artefato cultural é um instrumento de transmissão de valores através dos tempos que impactou a sociedade eurocêntrica e as que foram por esta colonizadas. Um exemplo emblemático que esse livro sagrado contém é a “arca de Noé”, cujo relato, apesar de ter sido transmitido por povos anteriores aos que consolidaram a própria Bíblia (2008), ganhou nesta uma relevância que transcendeu a cultura cristã.

A preservação das espécies está simbolicamente presente na arca de Noé como um alerta à humanidade. A tomada dessa decisão foi inusitada à época de Noé, pois não existia o conceito de risco às espécies. Bernstein (1997, p. 1) relata: “A ideia revolucionária que define a fronteira entre os tempos modernos e o passado é o domínio do risco: a noção de que o futuro é mais do que um capricho dos deuses e de que homens e mulheres não são passivos ante a natureza”. Embora Noé tenha recebido o auxílio de Deus como uma imposição para construir a arca e levar para dentro dela um casal de cada espécie, havia a percepção da importância de se proceder desse modo.

Hoje em dia, o gerenciamento de riscos está incorporado às políticas públicas e à gestão da qualidade de qualquer setor, público ou privado. Bernstein (1997) indica também a incorporação ao estilo de vida pessoal do hábito de antevisão de riscos, para balizar decisões de compras e vendas, aplicação ou gasto dos recursos financeiros, constituição familiar, atos corriqueiros como usar o cinto de segurança em um carro, ônibus ou avião.

O risco ecológico é monitorado e amplamente discutido pela sociedade, em âmbito global, mas as medidas adotadas não têm sido suficientes, eficientes e eficazes. Há quase trinta anos, Bernstein (1997, p. 181) ponderou:



Depender da regressão à média na previsão do futuro tende a ser perigoso quando a própria média está em constante mudança. As projeções de Reichenstein e Dorsett supõem que o futuro se assemelhará ao passado, mas nenhuma lei natural afirma que sempre se assemelhará. Se o aquecimento global realmente ocorrer, uma longa série de anos quentes não será necessariamente seguida de uma longa série de anos frios. [...] Se os seres humanos conseguirem destruir o meio ambiente, aguaceiros poderão não se suceder às secas.

Se a natureza às vezes deixar de regressar à média, as atividades do homem, ao contrário das ervilhas-de-cheiro, certamente experimentarão descontinuidades e nenhum sistema de administração do risco funcionará a contento.

Causa perplexidade que o ser humano não tenha se atentado para a gravidade do risco ecológico a que se expõe em decorrência de suas próprias ações. Eugene Odum (2001, p. 402) pondera: “O ecologista tende a crer que o homem deveria manter e desenvolver um territorialismo agressivo que impedisse o uso excessivo e a destruição do seu ambiente”. Se alguém buscou ter esse tipo de atitude, foram os próprios ecologistas, aos quais se contrapuseram grupos de pressão de outros setores da sociedade. De fato, a conduta social do ser humano, descrita por Odum (2001) como uma disputa por domínio, tem contribuído para a rápida deterioração ambiental. Lovatto *et al.* (2011, p. 125) interpretam que Odum quis demonstrar em seu amplo estudo didático que “[...] o homem atua no seu ambiente como um parasita, tomando o que ele deseja com pouca atenção à saúde de seu hospedeiro, isto é, do sistema de sustentação da sua vida”.

A Amazônia tornou-se símbolo da biodiversidade existente no território brasileiro, e o Cerrado e o Pantanal não ficam atrás. Contudo, as políticas públicas não priorizam sua proteção. Os biomas brasileiros veem-se inundados pela soja, o que provoca sérios desequilíbrios na fauna e flora, com perdas nefastas em sua diversidade. O modelo econômico nacional favorece tais monoculturas, bem como outros tipos de exploração do solo e subsolo que interferem drasticamente na ecosfera, acarretando o aumento, em frequência e intensidade, de “[...] secas terríveis, incêndios devastadores, enchentes que inundam cidades, nuvens de poeira, tornados, furacões, tsunamis e assim por diante” (Couto, 2022, p. 88).

Um ecossistema empobrecido tem poucas chances de sobrevivência. Aragão (2006, p. 151) examina como a extinção de espécies na atualidade relaciona-se à “[...] alteração da dinâmica dos processos ecológicos da Terra. Tal alteração resulta do crescimento exponencial da população humana, da destruição progressiva das florestas para dar lugar a cidades, campos agrícolas, zonas de pecuária ou pólos industriais”.

Por outro lado, a ocupação de espaços para implementação dessas práticas predatórias tem reativado uma verdadeira caça aos indígenas, que sofrem não somente o desrespeito a seus



direitos constitucionais como inclusive genocídios. Lovatto *et al.* (2011, p. 126) alertam: “A degradação ambiental é a consequência do conflito interno que contagia a espécie humana, a qual se afasta de si na busca pelo poder e pela dominação. Por falta de sensibilidade à dor, a civilização automutila-se lentamente sem perceber”.

É o momento de se pensar em construir a arca de Noé brasileira como um espaço ideológico de resistência e proteção aos integrantes ainda sobreviventes dos povos originários que habitam o território nacional e à vida que estes com tanto afincos e respeito cuidaram em suas caminhadas por seus diversos biomas, a qual inclui igualmente os animais em extinção como a onça-pintada, a onça-parda, o mico-leão-da-cara-dourada, várias espécies de tartarugas, de araras, de outros répteis, aves, peixes, anfíbios e, principalmente, invertebrados (ICMBio, 2018). Longe de se tratar apenas de uma ideiação, busca-se com essa imagem criar uma intervenção pacífica que possa contribuir para uma mudança de paradigma, visto que “[...] a ecologia profunda recomenda a seus seguidores que intervenham em prol da vida de todas as espécies na face da terra” (Couto, 2022, p. 89). De igual modo, a partir da encíclica papal *Laudato Si'*, a Ecologia Integral deve ser considerada como referencial que “[...] aponta para um novo modo de pensar e empreender processos educativo-pastorais que proporcionem a formação de sujeitos conscientes de sua missão neste mundo” (Selbach & Gomes, 2022, p. 449).

Nos últimos anos, surgiram no Brasil movimentos espirituais que combinam elementos de religiões tradicionais e práticas modernas de espiritualidade, como, por exemplo, a criação de ecovilas (Dias *et al.*, 2017). Esses movimentos oferecem um potencial para a criação de redes de ação ambiental que integram a espiritualidade com a prática ecológica. Investigações sobre essas iniciativas podem identificar oportunidades para a criação de parcerias entre ONGs, movimentos espirituais e instituições de conservação, fortalecendo a educação ambiental e a conscientização sobre a importância da proteção da biodiversidade. Assim como Noé, ainda podemos construir uma arca que resista à chegada do “ponto de não retorno”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos ressaltar a importância de estarmos, em 2025, sediando a Conferência das Partes – COP 30, ao mesmo tempo em que nos concentramos nas reflexões proporcionadas pela Campanha da Fraternidade que traz o tema “Fraternidade e Ecologia Integral” e o lema “Deus viu que tudo era muito bom” (Bíblia, Gn 1,31).



Com esse intuito, ao aliar os conceitos que estruturam tanto a Ecologia Integral, quanto a Ecologia Social, a Ecologia Espiritual e a Ecologia Profunda, podemos promover uma mudança de paradigma que possa superar os males do antropocentrismo e promover um distanciamento do “ponto de não retorno” que ameaça gravemente nossos ecossistemas.

Desta forma, ao nos apropriarmos do entendimento sobre Ecologia Integral, especialmente da forma como colocada na Encíclica *Laudato Si'*, percebemos a importância do encontro entre ciência e fé para que a humanidade valorize toda a comunidade de vida e sua permanência na Terra.

## REFERÊNCIAS

- Aragão, M. J. (2006). *Civilização animal: a etologia numa perspectiva evolutiva e antropológica*. Pelotas, RS: USEB.
- Arrien, A. (2015). *Las cuatro sendas del chamán*. Madrid: Gaia Ediciones.
- Bernstein, P. L. (1997). *Desafio aos deuses: A fascinante história do risco*. 16. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Bíblia. (2008). *Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamento*. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida.
- Boff, L. (2015). *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres: dignidade e direito da mãe terra*. Petrópolis: Vozes.
- Carvalho, I. C. M. & Steil, C. A. (2008). A sacralização da natureza e a ‘naturalização’ do sagrado: aportes teóricos para a compreensão dos entrecruzamentos entre saúde, ecologia e espiritualidade. *Ambiente & Sociedade*, 11(2), 289-305.
- Carvalho, V. S. (2005). *Raízes da ecologia social: o percurso interdisciplinar de uma ciência em construção*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *Campanha da Fraternidade 2025: texto-base*. Brasília: Edições CNBB, 2024a.
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *Campanha da Fraternidade 2025: manual*. Brasília: Edições CNBB, 2024b.
- Costa Neto, E. M. (2020). Ecologia espiritual e patrimônio biocultural. *Travessias*, 14(1), 14-23.
- Couto, H. H. (2022). Ecologia profunda. Em E. M. Costa Neto & E. R. S. Silva (Orgs.). *Ecologia espiritual: integrando natureza, humanidades e espiritualidades* (pp. 84-90). Atena.



- Dias, M. A., Loureiro, C. F. B., Chevitaese, L. & Souza, C. M. (2017). Os sentidos e a relevância das ecovilas na construção de alternativas societárias sustentáveis. *Ambiente & Sociedade*, 20(3), 81-98.
- Faria, E. (1962). *Dicionário escolar latino-português*. 3. ed. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura; Campanha Nacional de Material de Ensino.
- Fernandes, S. R. A., Pellenz, M. & Bastiani, A. C. B. (2017). Fraternidade como alternativa à seletividade do Direito Penal. *Sequência Estudos Jurídicos e Políticos*, 38(76), 155-182.
- Fernandes Silva, C. M. L. (2020). *Ciência ambiecológica: por uma razão espiritualizada*. Curitiba: Appris.
- Fritz, K. B. B., Reato, T. T. & Araújo, L. E. B. (2023). Mudanças climáticas e pobreza: o direito à dignidade da pessoa humana. Em C. M. Bahia, K. B. B. Fritz & V. C. S. Knoerr (Coords.). *Desenvolvimento econômico sustentável, globalização e transformações na ordem social e econômica I* (pp. 141-157). CONPEDI.
- ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2018). *Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção, v. 1*. Brasília: ICMBio/MMA.
- Kothari, A., Salleh, A., Escobar, A., Demaria, F. & Acosta, A. (2019). *Pluriverso: un diccionario del posdesarrollo*. Barcelona: Icaria Editorial.
- Lovatto, P. B., Altemburg, S. N., Casalinho, H. & Lobo, E. A. (2011). Ecologia profunda: o despertar para uma educação complexa. *Redes*, 16(3), 122-137.
- Machado, L. R. M. (2023). *Laudato Si': prática educativa para uma ecologia integral*. São Paulo: Editora Dialética.
- Marques, J. R. & Saraiva, J. S. (2021). Desenvolvimento sustentável e antropocentrismo. *Revista de Direito Brasileira*, 29(11), 358-369.
- Marton, S. (1990). Nietzsche e a Revolução Francesa. *Discurso*, 18, 97-130.
- Armstrong McKay, D. I. *et al.* (2022). Exceeding 1.5° C global warming could trigger multiple climate tipping points. *Science*, 377(6611). Disponível em: <https://www.science.org/doi/abs/10.1126/science.abn7950>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- Moulin, G., Marquez, R., Andrés, R. & Cañado, W. (2022). *Habitar o Antropoceno*. Belo Horizonte: BDMG Cultural; Cosmópolis.
- Odum, E. (2001). *Fundamentos da ecologia*. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ONU – Organização das Nações Unidas. (2002). *Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: ONU.
- Papa Francisco. (2015). *Carta Encíclica Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Paulus/Loyola.



- Rech, H. T. (2011). Espiritualidade ecológica: o caminho do coração. Partilha de uma experiência. *Atualidade Teológica*, 37, 137-145.
- Resende, B. (2000). Imagens da exclusão. *Veredas*, 3, 509-521.
- Schavelzon, S. *et al.* (2021). Dez notas sobre as ruínas do Antropoceno: uma busca por um solo comum entre diversos campos do saber. *TECCOGS – Revista Digital de Tecnologias Cognitivas*, 24, 74-100.
- Selbach, L. C. & Gomes, T. F. (2022). “Tudo está interligado”: processos educativos-pastorais a partir da Laudato Si’. *Fragmentos de Cultura*, 32(3), 448-458.
- Silva, C. H. R. T. (2011). Estocolmo’72, Rio de Janeiro’92 e Joanesburgo’02: as três grandes conferências ambientais internacionais. *Boletim do Legislativo*, 6. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/boletim-no-6-de-2011-estocolmo72-rio-de-janeiro92-e-joanesburgo02-as-tres-grandes-conferencias-ambientais-internacionais>. Acesso em: 11 jan. 2025.
- Trynova, Y., Kuts, V., Kyrbiatiev, O., Korol, K. & Drok, I. (2023). Bioethics as a trigger of natural law evolution. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 17(3), 1-13.
- UNICEF. (2023). *As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil: estudo sobre as privações de direitos que afetam crianças e adolescentes no país*. Brasília: UNICEF.